

A CONSTRUÇÃO DA LITERATURA COMPARADA NA HISTÓRIA DA LITERATURA

Lúcia Helena

Hoje é lugar-comum afirmar-se que a discussão sobre o pós-modernismo exacerbou o questionamento das fronteiras entre os saberes e da posição do “terceiro mundo” sobre as implicações do colonialismo e do neocolonialismo. Em virtude disso e da ênfase que nos últimos sete anos vem sendo dada no Brasil à Literatura Comparada, creio ser propício o mapeamento do lugar deste campo de estudos literários entre nós.

Dado fundamental para estimular esta tarefa foi a criação da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada, 1986) e o sucesso obtido por suas gestões em congregar especialistas de variada procedência em torno da questão da Literatura Comparada. A este respeito, o exame dos Anais dos congressos e seminários da entidade indica-nos que está longe de ser pacífico o entendimento do significado e alcance deste campo, já que os trabalhos até agora publicados aglutinam variadíssimo espectro de temas e procedimentos – desde o estudo de autores de uma literatura nacional (em sua maioria portugueses e brasileiros) até textos que investigam o discurso das minorias de raça, gênero e identidade cultural.

Descontadas as hesitações de uma área que começa a expandir-se na universidade brasileira, esta variedade vai além da própria abrangência da disciplina e das idiossincrasias de pesquisadores individuais. Ela está a indicar a inserção dos especialistas no lugar de leitores voltados a relações históricas internacionais.

Mas este deslissamento dos limites e do alcance da Literatura Comparada não é um sintoma apenas do quadro nacional. Os editores do volume *The comparative perspective on literature: Approaches to theory and practice* (1988) dão mostras de que também fora daqui a disciplina apresenta problemas de transparência:

If Comparative Literature is to be more than a name on the door of an office where someone signs enrollment forms, the curriculum will have to have something in it that *all* such students can study together, and that something has been theory. Students in Comparative Literature have, moreover, had to become conversant with more than just whichever single critical school dominates the study of a single national literature at a given moment (for example, structuralism in French studies, reception theory in German); they have to learn to participate in an international community of theoretical exchange. (*Comparative...*, 10. Grifo dos editores)

Tendo surgido no século XIX e sob o crivo das contingências de sua época, a Literatura Comparada desbravou seu espaço num campo de estudos historicamente voltado a investigar “a migração de um elemento literário de um campo literário a outro, atravessando as fronteiras nacionais.” (Carvalho, 1991, 9).

Deste modo, a Literatura Comparada nascia do esforço de articular as modalidades do nacional e do internacional através de estudos de literaturas de línguas e culturas diversas, fazendo com que nacionalidades migrassem em direção a uma visão “do todo”. Na busca de cumprir este programa de ação, a disciplina se assessorava obviamente dos quadros teóricos então disponíveis, comprometendo-se com a crítica de proveniência historicista e com o positivismo. A crítica aos problemas provenientes desta trajetória já foi insistentemente feita por outros estudiosos, e nesta etapa de minha argumentação, interessa-me apenas recolher algumas “pistas” desse percurso, sublinhando que os conceitos de *nacional*, *internacional*, *origem*, *influência* e *evolução* acompanham a escalada da Literatura Comparada, do século XIX em diante.

A título de exemplo não é ocioso lembrar que a recente denominação (1988) de *Literatura Comparada* dada aos cursos do Departamento de Ciência da Literatura, da Faculdade de Letras da Universidade do Rio de Janeiro, veio a substituir uma anterior denominação de “Evolução da Literatura”, vigente desde a criação da disciplina até a referida data. A troca de denominação visava, muito mais do que uma substituição de rótulos, a indicar uma alteração de

perspectivas teóricas. Todavia, se estes eram cursos em que se iniciavam os alunos (no nível da graduação) na produção literária dos grandes mestres do passado e do presente, utilizando-se de uma periodização estilística e de estudos monográficos de autores progressivamente dispostos no tempo, na maioria dos casos ainda se conserva o mesmo procedimento.

Como um dos temas básicos estudados em sua migração, e inspirando-se na obra *Mimesis* de Auerbach, um dos eixos desses cursos consiste no estudo das transformações do conceito de realismo ao longo da literatura ocidental, e no estudo de estilos de época, com ampla valorização da Idade Média em diante, oferecendo-se realce a um acervo de literatura *ocidental*. Ou seja, mesmo hoje, a orientação historicista e eurocêntrica está presente, com seus poderosos tentáculos.

Com esta breve digressão, o que se quer sublinhar aqui é que não só o conceito de Literatura Comparada e os cursos daí decorrentes nascem comprometidos com o conceito de *evolução* da literatura, como também têm sua opção fundamental lastreada pelo conceito de literatura *ocidental*. E, ainda que tenha sido mais do que louvável a criação dos cursos de “Evolução da Literatura” e a escolha da obra de Auerbach como forma de se promover a ênfase dos cursos mencionados na relação entre culturas, cumpre sublinhar que esta relação se dava e se dá com predomínio de um elenco de textos selecionados dentro de um acervo específico – o da literatura européia ocidental – que pode estar privilegiando, nesta hegemonia, relações interculturais de dependência e dominação. Suspendamos um pouco a reflexão deste tópico.

Creio que tenho já alguns elementos para lançar uma questão na “ponta da língua”, que é a que me interessa desenvolver neste artigo – a da “tecnologia do poder” que se insere na determinação de “quem diz o que, para quem, sobre que objeto, e em quantas línguas” – que a meu ver tem perpassado a Literatura Comparada e suas práticas anteriores e hodiernas.

Há um consenso, que se não é amplamente verbalizado entre nós, está implícito, de que o professor de Literatura Comparada deve “dominar” várias línguas, num mínimo de três, requisito semelhante ao que é feito por exemplo nos cursos do gênero (no nível de pós-graduação) na Europa e nos Estados Unidos. Quanto a isto, e sem viés colonizado, talvez fosse oportuno verificar o que registra um texto estrangeiro sobre o assunto:

Formerly, the distinguishing mark of the student of Comparative Literature had been a knowledge of several foreign

languages and the history of more than one national literary tradition. While this aspect of the Comparatist's training has not been eliminated or even diminished in most Comparative Literature programs, *it no longer seems to hold the center, which is now conspicuously occupied by theory*. More and more programs offer the alternative of a specialization in literary theory itself, although the number of students actually completing degrees with such a specialization does not appear to have grown dramatically. But while few declare themselves to be specialists in theory, all have more and more exposure to it. (*Comparative...*, 10-11. Grifo meu)

Se, nos Estados Unidos e em muitos casos também na Europa, o cerne da Literatura Comparada é a penetração cada vez maior da Teoria Literária como marca distintiva fundamental, entre nós há ainda um consenso baseado no centramento do treinamento lingüístico e, num certo nível, um exagero no conceito do que seja o domínio do uso das línguas instrumentais que, no nível do manuseio textual, deveria consistir numa compreensão excelente de leitura, sem que se necessitasse de uma habilidade de falante no mesmo nível, podendo ser esta adquirida pelo estudioso durante a própria prática da carreira, trazida pelas desejáveis oportunidades de intercâmbio internacional.

E, se o domínio de línguas instrumentais é uma necessidade do próprio campo, sua ênfase quase que exclusiva denota, por um lado, o desconhecimento da mudança do próprio perfil internacional da disciplina e, por outro, a existência de um paradoxo a examinar: enfatiza-se como fundamental algo de que não se dispõe. Não se descartem também aqui estratégias de um jogo de poder tipicamente universitário.

Para verificá-lo, basta considerar, ao longo do Brasil, o perfil dos estudantes inscritos nos cursos de graduação e, até, de pós-graduação, para não se falar nas dificuldades dos próprios professores. Não se dispõe, em quantidade expressiva, de alunos e de professores bem treinados em Teoria Literária e que dominem, ao mesmo tempo, várias línguas, se tomarmos por “domínio” de uma língua estrangeira algo que vá além de uma razoável e muito boa compreensão de leitura. (E, nos casos em que isto acontece, nada garante que este treinamento em teoria seja suficiente para que se possa dizer que o professorado e o alunado tenham desenvolvido suficiente reflexão sistemática).

E isto ocorre por várias razões sociais, que vão desde a miséria nacional, à precariedade do ensino de línguas no país, no segundo e mesmo no terceiro graus, até a quase total alienação da cultura

1. Cf. as discussões de Antonio Candido sobre o caráter auditivo da prática da literatura entre nós (em “O escritor e o público”, *Literatura e sociedade*) e as de Luís Costa Lima (em “Dependência cultural e estudos literários”, *Pensando nos trópicos*).

brasileira à reflexão,¹ e o quase total isolamento cultural de grande parte das universidades, cujo público-alvo não tem acesso a bibliotecas bem equipadas nem a livrarias que disponham de atualizado material de circulação internacional. Assim, a divulgação do acervo intelectual exigido para este tipo de formação fica quase que totalmente a cargo de pesquisadores que disponham de possibilidades de bolsas de estudo no estrangeiro, o que também irá esbarrar em problemas institucionais de verbas públicas destinadas à pesquisa no campo das letras, em sua maioria escassas.

E, neste impasse, ou não se expande este estudo em regiões e universidades em que isto não seja possível, ou se trabalha com as realidades locais, como parece estar sendo a opção, fornecendo até alguns cursos com um nível de precariedade consciente, procurando implementar a melhoria destas condições.

Mas aí me inquieta uma questão: pergunto-me se por “domínio” da língua entende-se apenas o que parece – ou seja, um necessário à vontade do pesquisador com o material literário que irá examinar – ou se se supervaloriza este domínio da língua estrangeira e se esquece de que muitas vezes este profissional que “domina” a língua estrangeira não dispõe, por outro lado, de suficiente formação teórica que o instrumentalize a viabilizar o seu potencial lingüístico em direções mais amplas. Ou seja, pergunto-me o quanto de modelização colonizadora existe entre nós na imposição desta condição – a do domínio de certas línguas estrangeiras sobre outras (até mesmo porque no rol destas línguas está sempre o mesmo sabor ocidentalizado e europeu ou o complexo colonizado que o repete) de prestigiar o francês, o inglês e o alemão. Sobre isto é esclarecedora a observação de Wlad Godzich, em “Emergent literature and the field of comparative literature”:

To comparatists the problem of field presents itself as challenge to the historical construction of the discipline. It was constituted to compensate for the orientation of literary studies along national lines, but, we must acknowledge, from the outset we have privileged certain literatures, notably the German, French, and English. We have granted very limited status to such others as the Italian, Russian, or Spanish, and except in the newly developing area of East-West studies, we have remained firmly Eurocentric, even when dealing with texts from the Americas. (“Emergent...”, 22)

Nas raras vezes em que tenho visto ser debatido o problema, pouco se destaca o fato de que o saber dos que “dominam” as várias

línguas deveria ser também questionado do ponto de vista da validade da reflexão de que são capazes e não apenas do seu conhecimento técnico-lingüístico. Porque se isto for consenso, então se estaria preparando entre nós, como entendimento do que seja a Literatura Comparada, o de que esta seria uma área de reunião de professores de literaturas estrangeiras (mas que são, todavia, literaturas nacionais) estivessem estes, ou não, aparelhados teórica e reflexivamente, do mesmo modo que supostamente estariam do ponto de vista técnico-lingüístico. E isto porque, a bem da verdade, deve-se ressaltar que o privilégio da inadequação ao pensar não se detém apenas nas mãos de quem conhece o vernáculo e nada mais.

Interconectando-se a esta indagação ocorrem outras, destacando-se pelo menos mais duas. Primeiro, a questão de como tem sido vista entre nós a relação entre a Literatura Comparada e a Teoria da Literatura. Segundo, a da pertinência ou não de estudos comparativos que relacionem as literaturas de expressão em língua portuguesa.

Quanto à primeira questão, como já vimos em momento precedente, os estudos contemporâneos sobre o tema têm ressaltado uma virada na compreensão de que a primazia do interesse da Literatura Comparada em nossos dias se volta para a teoria. Ou seja, os estudiosos comparatistas estão cada vez mais conscientes de que o avanço metodológico no campo se dará mais favoravelmente na medida em que se trave um diálogo interdisciplinar, principalmente com a teoria literária. Interessante notar que um dos temas que mais têm sido discutidos em Literatura Comparada entre nós brasileiros tenha sido, exatamente, o da “intertextualidade”.

Isto me leva a considerar que a Literatura Comparada vive hoje uma situação paradoxal, a de simultaneamente dobrar-se sobre si mesma, para reinvestigar e questionar seus fundamentos, e a de necessitar promover um salutar mergulho na alteridade de disciplinas que suplementem e complementem seus próprios impasses oriundos do historicismo e do evolucionismo positivista de que por tanto tempo se nutriu e ainda se nutre.

Mas gostaria de voltar um pouco atrás, e retomar a segunda questão que deixei em suspenso. Refiro-me a um certo veto implícito aos estudos comparativos entre literatura portuguesa e brasileira – que tenho captado aqui e ali. Estes estudos seriam considerados impróprios porque versariam sobre literaturas de uma mesma língua e mesma origem cultural.

Creio que tal veto indica um conhecimento superficial das diversidades interculturais entre Brasil e Portugal, principalmente no estágio atual de desenvolvimento e relacionamento dos dois países e de suas alianças internacionais. Em primeiro lugar, este veto estaria

supondo que estas culturas são uniformes, inteiriças, sem fragmentações e brechas constitutivas, não só em si mesmas, mas entre elas, como também estaria a sustentar-se pelo endosso do evolucionismo que concebe uma literatura como origem da outra. Em segundo lugar, a pertinência desta comparação não avulta apenas no estágio atual das duas literaturas, mas se adequa também aos séculos anteriores, a exemplo dos séculos XVII e XVIII, conforme estudo magnífico de Antonio Candido em “Literatura de dois gumes”.

Se se observa, por exemplo, dentro da própria literatura portuguesa, dois projetos literários e culturais, como o de Saramago e Maria Gabriela Llansol,² já daí teríamos um interessante estudo de como, numa mesma cultura, numa mesma língua, e diante de um mesmo tema – o das relações entre ficção, mito e história – dois escritores desenham uma diversa e interessantíssima cartografia do desejo cultural, ou seja, das conspirações de uma cultura diante de seu passado, e de suas injunções e opções em face do futuro.

A questão se enriquece de mais nuances, se pensarmos em reunir a esta dupla uma outra, como João Ubaldo Ribeiro e Sérgio Sant’Anna que, do ponto de vista brasileiro, ofereceriam trilhas diversas de questionamento entre si e permitiriam uma estimulante discussão sobre os impasses brasileiro e português em relação ao que se poderia chamar uma psicanálise dos mitos das duas culturas, que estes autores investigam com perícia, riqueza e rigor. E este me parece ser um estudo cabível no campo de estudos da literatura comparada.

Estudos recentes, no campo da teoria literária e especificamente do feminismo, têm sido fundamentais para colaborar no alargamento proveitoso do que se pode entender como tema e metodologias válidas no campo da comparatística. Tais estudos têm ressaltado, contra o obstáculo etnocêntrico do eurocentrismo, as questões da discussão sobre as minorias étnicas, as de gênero e as sexuais, guetos a que foram relegados, e em que foram reprimidos problemas culturais fundamentais que hoje se analisam a partir de uma crítica da tecnologia do gênero, da sexualidade e do poder, campos discursivos apenas abertos à teoria e história da literatura, na segunda metade deste século. E, através desta abertura de novos campos, a Literatura Comparada hoje

seems to be less a set of practices (e.g., comparing texts in different languages, comparing literary and “nonliterary” texts, comparing literature and the other arts) and more a shared perspective that sees literary activity as involved in a complex web of cultural relations. (*Comparative...*, 11)

2. Cf. meu estudo a este respeito “A narrativa de Maria Gabriela Llansol”, em *Luso-Brazilian review*. 28.2: 37-48 (1991), Winter.

Neste proveitoso momento de expansão da Literatura Comparada entre nós, creio ser fundamental que o estudioso brasileiro – em que pese sua consciência da necessidade de envolver-se na “teia complexa das relações culturais” (de que a produção do conhecimento, no panorama internacional é um dos condimentos indispensáveis) – tenha um comportamento diverso daquele já criticado oportunamente por Roberto Schwarz em “Nacional por subtração”, e procure situar-se diante da representação do literário com o arguto olhar de quem não se comporta como o “subalterno”, importando modas e perspectivas. Mas como aquele que – tendo sido marginalizado pelo eurocentrismo e pelo etnocentrismo e suas estratégias de colonização e de neocolonialismo – procure fazer da Literatura Comparada uma disciplina que se alie à tarefa de repensar o lugar (ou o entre-lugar?) de nossa sociedade e cultura, no panorama contemporâneo internacional.

3. Cf. o estudo de Silviano Santiago, “O entre-lugar do discurso latino-americano”, em *Uma literatura nos trópicos*.

TRABALHOS CITADOS

- CANDIDO, Antonio. “Literatura de dois gumes”. *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 163-180.
- CARVALHAL, Tânia. “Literatura comparada: A estratégia interdisciplinar”. *Revista de literatura comparada*, 1: 9-21 (1991). ABRALIC.
- GODZICH, Wlad. “Emergent literature and the field of comparative literature”. *The comparative perspective on literature. Approaches to theory and practice*. Clayton Koelb & Susan Noakes (eds.), Ithaca e Londres: Cornell Univ. Press, 1988, pp. 18-36.
- KOELB, C. & NOAKES, S. “Introduction: Comparative perspectives”. *The comparative perspective on literature. Approaches to theory and practice*. Ithaca e Londres: Cornell Univ. Press, 1988, pp. 3-17.
- SANTIAGO, Silviano. “O entre-lugar do discurso latino-americano”. *Uma literatura nos trópicos. Ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1978, pp. 11-28.
- SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 29-48.